



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

**PLANO
DE ACTIVIDADES
E ORÇAMENTO** **2011**



PLANO
DE ACTIVIDADES
E ORÇAMENTO **2011**

PLANO DE ACTIVIDADES

I INTRODUÇÃO

O reconhecimento do direito à organização dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem, como aliás acontece com outras profissões, sendo um reconhecimento do seu mérito, confere-lhes também um novo universo de desafios que devem procurar compreender bem e para os quais terão de encontrar as necessárias respostas.

À Ordem, no cumprimento da sua função institucional e no apoio permanente que tem vindo a dar à profissão, compete-lhe incentivar e motivar os seus membros para os desafios, encontrando espaços e soluções para uma nova realidade.

A actual conjuntura económica, nacional e internacional, não facilita o desenvolvimento de novas oportunidades profissionais, dado o concurso de outras profissões.

De facto, para além da realidade específica da nossa profissão e dos novos espaços que a crise acaba por abrir à actuação dos membros, o actual contexto acaba por se constituir numa espécie de apelo à criatividade e profunda mudança de paradigma.

As alterações recentemente introduzidas no estatuto da profissão, foram já concebidas numa espécie de antevisão da realidade em que hoje nos encontramos. Daí a criação de novos espaços de intervenção que devem ser aproveitados pelos profissionais, como é o caso da capacidade de representação dos seus clientes no procedimento gracioso tributário, no desempenho de funções de consultoria nas áreas

tradicionais e na Segurança Social. O Plano de Actividades, documento no qual antevemos as nossas realizações em 2011 é, naturalmente, condicionado e orientado em função da realidade que antevemos para a profissão e para os fenómenos com que ela se defrontará, procurando encontrar as respostas e soluções adequadas.

Não obstante as contingências características deste tipo de documento, dado apontar para o futuro, o conhecimento profundo da profissão e a nossa longa experiência neste domínio, confirmada pelos relatórios e contas, não deixa de se constituir como uma espécie de almofada quanto àquela antevisão.

De qualquer modo, no domínio profissional, cada interveniente tem o seu papel a desempenhar. Não obstante estarmos conscientes da necessidade do nosso desempenho, não deixamos de fazer aos profissionais um apelo para a procura de respostas às complexas questões que o momento actual coloca, não só às profissões reconhecidas de natureza pública, mas a toda a sociedade em geral. Só assim, no cumprimento das regras estabelecidas, cada um através do seu esforço, criatividade e empenho, poderemos contribuir para uma mudança positiva das actuais condições.

Creemos que os actos, e mesmo a sua concepção, devem obedecer a um princípio e a uma meta, a um rumo previamente estabelecido. Se tal não acontecer, isso conduz-nos a um espartilhar de esforços e sacrifícios que surgirão descontextualizados do rumo traçado.

Essa é a orientação global. Este é o ponto para onde conflui toda a nossa acção e que denominamos por:

Plano de actividades e orçamento

2011

Plano de actividades e orçamento

2011

II ESTRATÉGIA GLOBAL DE ACÇÃO

A estratégia adoptada para a profissão só pode concretizar-se na consonância de objectivos que procurem encontrar os melhores caminhos e soluções para os problemas no decurso do actual plano de actividades.

Da leitura que fazemos da profissão, ela encontra-se no início de uma nova era e de um novo paradigma profissional. Uma nova realidade que acrescente valor profissional, crie nova imagem dos Técnicos Oficiais de Contas e se constitua como imprescindível na sustentabilidade e crescimento económico das empresas e empresários.

Para atingir esses objectivos, é necessário reformular, em muitos domínios, a forma como entendemos a nossa maneira de estar na profissão e aquilo que somos capazes de criar. Temos que deixar para trás a fase de profissionais suportados, para acolhermos a de conselheiros das decisões dos empresários.

Arquitectar um profissional numa

óptica de mera execução contabilística é excessivamente redutor. Por outro lado, remete o papel da contabilidade para um patamar de menoridade que não ajuda a sustentabilidade e o crescimento económico das empresas.

Os TOC, em nossa opinião, têm que revelar a coragem e a ousadia de ir mais além. Ou seja, aproveitar o seu esclarecido saber, construir e interpretar a informação contabilística e convertê-la em imprescindível auxiliar de apoio às decisões dos empresários.

Conhecemos a mentalidade instalada em muitos profissionais e empresários, onde impera o comodismo e o desconhecimento. É exactamente aí que temos de demonstrar criatividade e capacidade para, de forma pedagógica, relevar a importância da profissão e a sua inevitável mais-valia.

Esse é o nosso grande objectivo, que pensamos estar de acordo com a realidade económica actual, a qual exige capacidade de descobrir novos horizontes, alertas e caminhos para realidades que se comprovem não ser as mais sustentadas.

Em nossa opinião, atingiremos aqueles objectivos através das seguintes acções:

III FORMAÇÃO

A formação continuará a ser para a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas uma constante preocupação.

Com efeito, quem conhece minimamente a estrutura e a volatilidade do quadro normativo da nossa profissão, tem plena consciência que não é possível aspirar a padrões mínimos de qualidade, se não dispensarmos um grande esforço na organização da formação profissional para os Técnicos Oficiais de Contas.

É com a premência dessa necessidade que continuaremos, no decurso de 2011, a manter a formação apoiada na seguinte estrutura:

Formação eventual

A formação eventual pretende sensibilizar os profissionais para as alterações legislativas operadas no nosso ordenamento jurídico. Continuará a realizar-se em todas as sedes de distrito, defendendo a interpretação que fazemos da lei, bem como a forma mais segura da sua aplicação.

Este sentimento de solidariedade e de unidade nacional, independentemente do local onde os profissionais vivam ou trabalhem, sempre foi para nós um valor inalienável. Não obstante o seu elevado défice financeiro em

algumas cidades, quer por efeito do reduzido número de profissionais quer dos custos de contexto específico, manteremos essa solidariedade, procurando disponibilizar a todos os profissionais iguais condições de oportunidade e desenvolvimento dos seus conhecimentos.

Atendendo à nova estrutura do Código Contributivo, bem como ao desenvolvimento e sustentação do SNC, nas acções de formação que se revelarem importantes, a Ordem pode autorizar os colaboradores dos Técnicos Oficiais de Contas a participarem nas acções de formação eventual ou de outro tipo, caso se revele aconselhável. Em 2011 realizaremos, a exemplo de anos anteriores, três acções de formação eventual, sensivelmente em Janeiro/Fevereiro, Junho/Julho e Outubro/Novembro.

Atendendo à importância dos temas tratados, analisaremos a possibilidade de os incluir na formação à distância, introduzindo-lhe algumas alterações de forma e avaliação.

Formação segmentada

Esta formação, pela sua dimensão e profundidade, terá a duração entre 8 e 16 horas e será ministrada de acordo com o plano anual formativo da Ordem, o qual será disponibilizado ainda em 2010.

Será realizada em qualquer lugar, desde que se consiga um conjunto de interessados não inferior a 30 membros.

Os temas da formação segmenta-

da, desde que revelem interesse e seja possível o seu enquadramento temporal, podem também ser disponibilizados na formação à distância, possibilitando a sua frequência àqueles que residam em locais onde não seja possível reunir o mínimo de interessados.

Formação permanente

Com duração compreendida entre 16 e 32 horas, tem como objectivo o estudo de temas que, pela sua dimensão, dificuldade ou especificidade de análise, não seja possível enquadrar em menos de 16 horas.

A sua realização obedece às características estabelecidas para a formação segmentada, isto é, pode realizar-se em qualquer local onde se reúna um conjunto de, no mínimo, 30 interessados.

Formação recorrente

Procurando ir ao encontro das reais e efectivas necessidades de formação dos profissionais e, selectivamente, encontrar resposta para as suas expectativas, a Ordem realizará, nos locais onde se inscreverem pelo menos 30 interessados, formações de carácter recorrente.

Este tipo de formação, já com bastante procura, possibilita que, num contexto completamente livre e fora da programação normal do plano de formação da Ordem, os membros possam, de acordo com as suas disponibilidades, solicitar a sua realização.

Existe uma condicionante: trata-se de formação já ministrada pela Ordem.

Formação à distância

A dispersão dos profissionais por todo o País nem sempre facilita a conjugação de vontades e disponibilidades que possibilitem obter um número mínimo de interessados para realização de formação presencial.

Tal facto era susceptível de criar distorções nas oportunidades de formação para os membros que residam em zonas mais afastadas dos meios urbanos ou exerçam a profissão nas regiões autónomas. Conscientes destes factos, temos desenvolvido uma nova via: formação à distância.

Embora não seja novo, atendendo ao desenvolvimento do ensino à distância em diversas universidades e empresas portuguesas, este tipo de formação aparentemente tem a desvantagem de isolar o formando, acabando por criar maiores dificuldades de intercomunicação ou até de compreensão das matérias.

Daí a necessidade de se criar diversos mecanismos que destruam as barreiras físicas entre formandos e formadores, procurando encontrar sucedâneos que criem interactividade e interesse.

O novo sistema de formação tem vindo, paulatinamente, a ganhar adeptos, não só pela liberdade de formação que propicia, mas também pela qualidade dos textos tratados.

A Ordem, em 2011, na convicção de que esta formação acaba por representar uma fonte pratica-

mente inesgotável de oportunidades de valorização profissional, continuará a apostar fortemente no enriquecimento dos temas tratados.

Os temas a tratar estão incluídos no plano anual de formação da Ordem, podendo ser reformulado ou readaptado, conforme as prioridades julgadas oportunas e adequadas pelo Conselho Directivo.

Considerações gerais

Conforme se referiu, um dos mais importantes desafios a vencer pela profissão é a batalha da qualidade e esta, em nossa opinião, só pode ser favoravelmente decidida com um grande esforço de formação a desenvolver pela Ordem e pelos membros que compõem.

As condições em que se tem ministrado a formação nem sempre têm sido as ideais, pelo que, em 2011, tentaremos encontrar espaços alternativos aos que têm sido usados pela Ordem.

A exemplo do que já aconteceu com algumas acções de formação, sempre que o Conselho Directivo o julgue aconselhável, em função das matérias em análise, permitir-se-á a frequência dos colaboradores dos Técnicos Oficiais de Contas.

De igual modo, as acções de formação realizadas pela Ordem podem ser frequentadas por membros estagiários, nas mesmas condições em que participam os seus membros efectivos.

Nos eventos de carácter formativo que a Ordem realize em 2011, em parceria com outras entidades ou com objectivos específicos, pode ser autorizada a participação de pessoas ou entidades não TOC.

IV APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

O apoio social aos Técnicos Oficiais de Contas, com importância acrescida nos momentos de maior dificuldade económica, tem merecido por parte da Ordem preocupações muito profundas, não só por razão das condições objectivas como a profissão é exercida, mas também procurando conjugar sinergias específicas que a Ordem, pela sua dimensão, pode gerar, fazendo-as reverter em benefício dos Técnicos Oficiais de Contas. Esta filosofia materializa-se através dos seguintes programas:

Seguro de responsabilidade civil

A exemplo do que tem acontecido em anos anteriores, a Ordem, em 2011, continuará a oferecer aos seus membros, com quotas em dia, o seguro de responsabilidade civil previsto no Estatuto.

Clarifique-se que a OTOC apenas é tomadora do seguro, sendo seus beneficiários os profissionais nela inscritos, nos termos e condições previstos no respectivo regulamento daquele seguro, pelo que qualquer conflitualidade ou indemnização deve ser tratada directamente entre os membros e a seguradora. Tal facto não impede que os membros, quando se jul-

guem indevidamente tratados ou os seus direitos postergados, não possam e não devam solicitar a intervenção da Ordem, constituindo-se esta como assistente no processo e primeira interessada para que o espírito que esteve na origem da subscrição do seguro seja mantido por todas as partes. Por efeito das alterações estatutárias, bem como da institucionalização do mecanismo de acumulação de pontuação, o regulamento do seguro será reformulado, condicionando a sua aplicação à identificação da responsabilidade do profissional nos termos previstos no artigo 10.º do Estatuto, bem como a acumulação do limite anual por sinistro do TOC ou entidade cativante.

Fundo de pensões

Conforme se descreve nas razões que sustentaram a criação do fundo de pensões dos Técnicos Oficiais de Contas, agora consagrado em forma de lei, a sua função é complementar a atribuição de reformas.

A Ordem, não obstante ter cumprido o que prometeu aos profissionais - entregar ao fundo uma dotação mínima de cinco milhões de euros, o que já foi ultrapassado - vai continuar a desenvolver um esforço financeiro no sentido de enriquecer aquele fundo, procurando, por essa via, disponibilizar aos membros inscritos um complemento de reforma.

Assim, em 2011, prevemos a entrega ao fundo da renda das instalações da Avenida 24 de Julho e de uma dotação financeira de um milhão de euros, embora condicionada à execução orçamental.

Fundo de solidariedade social

Com uma dotação anual de 250 mil euros, tem como missão apoiar os membros em situações imprevistas que os impossibilite de angariar o seu sustento e lhes propicie uma vida com um mínimo de dignidade.

Para além daquele objectivo, este fundo tem também como função garantir que nenhum membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tenha um rendimento de subsistência inferior à remuneração mínima mensal garantida.

Neste âmbito, o fundo apoiará as situações existentes, desde que se mantenham os pressupostos da sua atribuição, bem como fornecerá o complemento aos membros reformados cuja pensão seja inferior ao valor já mencionado, ou seja, no ano de 2010, a 475 euros.

Seguro de saúde

O seguro de saúde que a Ordem oferece a todos os seus membros teve como preocupação fundamental encontrar uma solução para imponderáveis, possibilitando uma solução rápida e eficiente para a resolução dos problemas de saúde.

Plano de actividades e orçamento

2011

A baixa sinistralidade daquele seguro possibilitou o seu alargamento ao ambulatório, valência que os profissionais já puderam desfrutar em 2010.

A atribuição do seguro de saúde fica, no entanto, dependente dos membros terem as suas quotas em dia ou com atraso inferior a 90 dias.

É, em nossa opinião, de elementar justiça que os beneficiários dos sistemas de protecção da Ordem cumpram perante esta com as obrigações que estatutariamente se encontram estabelecidas, nomeadamente o pagamento das quotas devidas, sob pena de se criarem injustiças injustificáveis.

Por isso, quem no dia da renovação da apólice - 30 de Abril de 2011 - tiver quotas atrasadas por período superior a 90 dias, fica excluído de todas as coberturas do seguro de saúde.

«Casa do TOC»

O projecto «Casa do TOC» tem como objectivo criar um espaço físico onde os membros se possam encontrar, conviver, partilhar saberes e experiências de vida, para além de, em situações devidamente justificadas, sempre que possível em colaboração com

a Segurança Social, funcionar também com sistemas de internamento.

Um projecto com a dimensão pretendida envolve custos muito significativos que a Ordem não tem condições de dispor no imediato. Não obstante, e atendendo aos méritos do projecto, a Ordem tem vindo a consignar anualmente uma verba de 500 mil euros para a sua realização, totalizando no final de 2009 um montante de 1 500 000 euros.

A Ordem tem vindo a desenvolver a ideia edificar um projecto que englobe, em conjunto, um centro de formação em Lisboa e a «Casa do TOC», o que propiciaria o aproveitamento de sinergias muito significativas.

Não obstante a autorização especificamente concedida pela Assembleia-Geral para a realização deste importante projecto, a alteração das condições económicas em Portugal e no mundo aconselham prudência, pelo que, mantendo vivas as expectativas da sua realização, continuaremos a tentar encontrar as melhores soluções para este projecto que reputamos de grande importância para o futuro e sustentabilidade da profissão.

V COMUNICAÇÃO

A comunicação entre a instituição e os seus membros revela-se fundamental para a transmissão de orientações e ideias, sendo elemento imprescindível na criação e desenvolvimento de sinergias e acção institucional. Por outras palavras, reflecte a expressão prática e objectiva da dinâmica e envolvimento dos profissionais na vida da sua instituição.

A universalidade e profundidade dos temas tratados diminui de forma significativa a fronteira da missão de informação e formação, confluindo, com frequência, para um mesmo objectivo.

Por isso, falar de informação pode muitas vezes implicar a própria formação, entendida esta de forma universal e abrangente.

O grande problema dos nossos dias, e que não acontecia há cerca de 30 anos, não é o acesso à informação, mas sim a selecção e assimilação do grande caudal informativo que hoje nos é disponibilizado.

Por isso, uma das grandes preocupações da Ordem não é a de aumentar a informação, mas seleccionar a mais importante em termos profissionais, aliando essa vontade a formas que facilitem a sua consulta e assimilação.

Os três pilares em que até hoje tem assentado a informação da Ordem têm cumprido a sua mis-

são, pelo que não vemos razão objectiva para alterar o suporte em que ela assenta:

A informação em suporte de papel, consubstanciada na Revista «TOC» e outras publicações da Ordem;

A informação sustentada em novos meios informáticos, com especial relevo para a de cariz técnico;

A informação electrónica alicerçada no *site* da OTOC, bem como nas comunicações realizadas através de meios electrónicos.

As mudanças devem ser implementadas de forma sustentada e serem pacificamente vividas e assimiladas pelos seus destinatários.

O elevado número de membros inscritos na OTOC, a heterogeneidade de idades, formação, saberes e experiências de vida, aconselham a que não se diminua os meios de comunicação, mas que se mantenham os existentes, tornando-os cada vez mais eficazes e eficientes no cumprimento da missão de informar/formar.

Dentro deste espírito, em 2011, no domínio da comunicação, pensamos executar as seguintes acções:

Manter a publicação mensal da Revista «TOC», continuando a proceder ao seu envio gratuito para os membros que tenham a inscrição em vigor e as quotas em dia e possibilitar, mediante pagamento, aos membros estagiários, enquanto mantiverem aquela condição, a assinatura da Revista «TOC»;

Proceder à publicação semestral,

por meios electrónicos, da revista científica «Contabilidade e Gestão»;

Substituir, previsivelmente no primeiro trimestre de 2011, e após um teste alargado do seu funcionamento, o actual método de comunicação da base de dados da Ordem. Ou seja, a informação será actualizada através da Internet, deixando aos membros a escolha do suporte utilizado e possibilitando, por essa via, uma actualização diária da base de dados distribuída;

Repensar a actual estrutura e forma do *site* da OTOC, procurando imprimir-lhe maior utilidade, bem como uma forma diferente de organizar os seus conteúdos com vista a uma maior facilidade de busca e acesso à informação. Tentar-se-á obter, por essa via, uma relação mais amigável com os seus utilizadores.

Pretendemos ainda criar nova funcionalidade no *site*, em área restrita, e que passará por respostas imediatas e directas a questões simples colocadas pelos TOC, as quais poderão ser consultadas depois por qualquer membro;

Na linha do actual «Canal OTOC», pretendemos implementar um novo meio de comunicação em ambiente de Web-TV, através do qual se divulguem e dêem a conhecer os eventos realizados pela OTOC, bem como informações consideradas relevantes para o exercício da profissão.

VI APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

É nossa convicção que a qualidade dos serviços prestados por qualquer profissão é elemento imprescindível para a sua credibilização e dignificação.

Desde sempre que este é o nosso entendimento. Atendendo às especificidades da nossa profissão, embora tendo um carácter indicativo, temos vindo a fazer um grande esforço de apoio técnico aos membros que se materializa em diversas manifestações, eventos ou ferramentas que são disponibilizados.

O uso de novas tecnologias constitui-se hoje como um marco fundamental para os profissionais. A implementação do SNC veio tornar esta realidade mais evidente, facto que também muito tem preocupado a instituição.

Tendo sempre como pressuposto a obtenção de metas qualitativas, suportadas numa filosofia de apoio permanente aos seus membros, em 2011, neste domínio, executaremos as seguintes acções:

Realização das habituais reuniões livres em todas as sedes de distrito;
Disponibilização por meios electrónicos da base de dados da Ordem, possibilitando o seu acesso

e actualização permanente;

Distribuição mensal e gratuita da Revista «TOC» a todos os membros com inscrição em vigor e que não tenham quotas em atraso por período superior a 90 dias;

Proceder a uma análise sobre a forma, conteúdo e estrutura da Revista «TOC», com o objectivo de reordenação das temáticas por ela tratadas, no sentido de uma melhor e mais eficiente perceptibilidade dos conteúdos, procurando maior interactividade entre este importante meio de comunicação e os membros;

Edição e distribuição gratuita, por meios electrónicos, da revista científica «Contabilidade e Gestão»;
Elaboração, em tempo útil, sempre que possível, das questões de âmbito técnico, colocadas pelos membros;

Implementação de um serviço de resposta *online* a questões simples colocadas em lugar próprio no nosso *site*, em área reservada e que poderão, posteriormente, ser consultadas por qualquer membro;

Realização de inquéritos aos membros, tentando perceber quais as necessidades de apoio técnico;

Realização de um inquérito no sentido de um melhor conhecimento da estrutura e necessidades da classe profissional nos diversos domínios que interagem com a profissão.

VII RELACIONAMENTO INTERNACIONAL

A concepção de um mundo territorial, cultural e linguisticamente dividido faz parte da história.

Os valores da solidariedade, do crescimento sustentado e da intercomunicabilidade entre os povos são hoje uma realidade incontornável.

Tais factos, a que muito comumente se apela de globalização, têm como consequência imediata a deslocação dos centros de decisão da esfera da soberania dos povos para instituições com um carácter de maior abrangência, à dimensão das alianças ou estruturas agregadoras de interesses comuns.

Conceber a vivência das instituições nacionais fora desses centros de decisão, é adoptar o isolamento que conduzirá indubitavelmente ao atrofiamiento da profissão.

Para acompanhar a evolução, não é suficiente conhecer as decisões tomadas e dar-lhe cumprimento. É imperiosa a participação activa e permanente das estruturas associativas na preparação e discussão das decisões, emprestando-lhes o cunho do nosso pensamento e da forma como concebemos a nossa profissão.

Razões de diversa ordem, que hoje julgamos completamente ultrapassadas - e também razões de natureza financeira - levaram a que a Ordem, ao longo de vários anos, não fizesse o necessário *pressing* para participar activamente nas

instituições mais representativas da profissão, quer a nível comunitário quer a nível mundial.

Ultrapassados aqueles factos, a Ordem já requereu a inscrição no IFAC que, segundo nos foi informado, será discutido em 2011, na assembleia-geral daquela instituição. Ainda no decurso do próximo ano, iremos requerer a nossa inscrição na FEE.

Sendo indiscutivelmente aquelas instituições as que maior representatividade têm da profissão, tal facto não implica que a Ordem deixe de colaborar com as instituições de que actualmente faz parte, quer pela sua especificidade quer porque não existem interesses conflituantes.

Assim, em 2011, para além da inscrição no IFAC e na FEE, continuaremos a participar activamente nas organizações que actualmente integramos, como é o caso da EFAA e do CILEA. Na primeira, a OTOC tem participado em diversos grupos de trabalho e no segundo ocupa uma vice-presidência.

Continuaremos a desenvolver e aprofundar o excelente relacionamento que temos vindo a cultivar com os profissionais brasileiros, quer directamente com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) quer através dos Centros Regionais de Contabilidade brasileiros.

Em parceria com o CFC, continuaremos a desenvolver esforços no sentido de apoiar os países lusófonos, através do projecto de transferência de conhecimento, com especial destaque para os que manifestam maior premência e necessidade de organização profissional.

Independentemente daquele projecto, e como sua complementaridade, procuraremos aprofundar os laços de colaboração profissional, com especial relevo para com os colegas de Angola e Moçambique, visando encontrar projectos e realizações que propiciem o desenvolvimento da colaboração institucional e um crescimento sustentado das respectivas profissões.

Para o fortalecimento das relações profissionais e institucionais, em 2011 realizaremos em Portugal, em parceria com os nossos colegas brasileiros, um conjunto de acções:

- Realização do Segundo Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, que incorporará o dia da mulher contabilista, o dia do ensino da Contabilidade, envolvendo professores e estudantes, bem como o estudo da evolução da profissão;
- Em colaboração com o Centro Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, a selecção e realização da cerimónia de entrega do «Prémio Internacional Professor António Lopes de Sá».
- Realização em Portugal do XI Prolatino e homenagem ao sempre presente e saudoso Professor António Lopes de Sá.
- Para além do descrito, e no âmbito da colaboração institucional, proporemos aos representantes da profissão em Angola e Moçambique a realização de eventos nos respectivos países, com vista a aprofundarmos e desenvolvermos os laços de colaboração entre as respectivas profissões.

VIII OUTROS EVENTOS

Para além das acções descritas que, grosso modo, enquadram as acções mais preponderantes da vida da Instituição há, no entanto, um conjunto de eventos e realizações que pensamos efectuar em 2011:

- Tal como em anos anteriores, a realização em Lisboa e Porto de uma conferência sobre História da Contabilidade, a organizar pela Comissão de História da Contabilidade da Ordem;
- Realização de duas conferências internacionais organizadas pelo Gabinete de Estudos da Ordem, em que se abordem temáticas de natureza contabilística e fiscal de interesse para a profissão;
- Em colaboração com a EFAA, realizar no Porto uma conferência internacional, onde se abordem temas organizacionais das pequenas e médias empresas, bem como do papel a desempenhar pelos profissionais da contabilidade junto destas empresas;
- Em colaboração com o CILEA, a realização de uma conferência internacional na Madeira, onde se aborde a importância das pequenas e médias empresas no desenvolvimento das economias de cultura latina;
- Colaborar com o Instituto de

Contabilidade e Administração do Porto participando ou organizando eventos integrados na comemoração dos 125 anos daquela instituição;

- No âmbito do protocolo de colaboração com a rádio TSF, organizar sessões e debates sobre o papel dos profissionais e das empresas na dinâmica social das localidades em que se inserem, procurando envolver as forças de maior capacidade de intervenção a nível local.
- Realizar o IX Encontro Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas;
- Organizar e coordenar um dia de reflexão sobre o estado do ensino da Contabilidade em Portugal, envolvendo as vertentes, académica, estudantil e profissional;
- Em parceria com os restantes intervenientes na organização e preparação do «Prémio Professor Rogério Fernandes Ferreira», organizar um seminário em que se analise a sua influência na Contabilidade e na Fiscalidade portuguesa.
- No âmbito dos compromissos assumidos com outras instituições, e no cumprimento das funções que aceitou nelas desempenhar, a Ordem, através dos seus representantes, continuará a participar nos diversos eventos internacionais das organizações que integra ou outros em que se entenda útil a sua participação.

IX CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verter para o papel o que expectavelmente pensamos que será a evolução dos factos e situações em 2011, para quem tiver preocupações de seriedade, não é obra fácil. O que vos propomos é o que pensamos vir a ocorrer no decurso do próximo ano.

Evidentemente que o futuro tem sempre imprevistos e pode deixar-nos vulneráveis quanto à forma e, até, à eventual justificação de alguns eventos que propomos no presente documento.

Independentemente do que o futuro nos reservar, há um dado que para nós é uma certeza: tudo faremos para continuar a conduzir a profissão na senda da credibilidade.

A conjugação dos diversos factores da nossa vida económica, bem como da comunidade internacional ou instituições em que Portugal se integra, não são de moldes a gerar largos sorrisos ou aumentar o nosso ego e esperança, mas essa é a realidade objectiva em que nos será possível sobreviver. Daí pensarmos que os profissionais, com

a sua enorme capacidade de criatividade e adaptação a ambientes hostis, saberão encontrar os meios e caminhos mais adequados para ultrapassar a realidade.

Em nossa opinião, os TOC só podem ser aqueles que mais se aproximam das empresas e dos empresários, constituindo-nos como parte imprescindível da sua vivência diária.

É fácil dizer. Mais difícil será fazer. Para se conseguir aquele objectivo, há muitas coisas que têm que mudar:

- A concepção que alguns responsáveis políticos cultivam e desenvolvem sobre as empresas, transmitindo delas e vertendo em forma de lei, pensamentos e opiniões completamente desfasados da vida real, muitas vezes até completamente descontextualizados dos mecanismos de substituição a que o Estado se verá compelido a fazer na ausência daquelas empresas;

- Os empresários que, por factores históricos, culturais ou até mesmo pessoais, continuam a ver o desempenho da sua missão como uma espécie de aventura, menosprezando a importância da informação contabilística nas tomadas das decisões. Este procedimento

acaba, não raras vezes, por sair muito caro para todos os interessados na evolução do processo;

- Os próprios profissionais, na sua atitude perante a profissão, as empresas e os empresários. O acompanhamento permanente que devem fazer às empresas e empresários, constituirá a diferença entre um parceiro de decisão, o amigo que está presente quando dele precisamos, o conselheiro que evita erros de gestão aos mais diversos níveis, ou então aquele profissional que é visto como um custo desnecessário, que não conhece as dificuldades dos empresários, que não transmite segurança, deixando à deriva aquilo que deveria ser agarrado com mãos fortes.

O criador de valor, aquele que gera cumplicidades positivas com os seus clientes, aquele que acompanha e apoia é o profissional que sempre concebemos e desejamos. Continuaremos a lutar por ele de alma e coração, porque acreditamos que é o futuro da profissão. No decurso de 2011, para a realização dos eventos e acções que vos apresentamos, dispomos do seguinte:

ORÇAMENTO

▲ Introdução

Conforme determina a alínea a) do artigo 35.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 310/2009, de 26 de Outubro, compete ao Conselho Directivo elaborar até 30 de Novembro de cada ano, o plano de actividades e o orçamento para o ano civil seguinte.

Face ao novo Estatuto agora em vigor, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 33.º - C, o Conselho Superior é «obrigatoriamente ouvido na definição da estratégia global da Ordem e, anualmente, quanto às grandes linhas orientadoras do plano de actividades (...).»

É neste contexto, ouvido o Conselho Superior que o Conselho Directivo propõe à assembleia-geral ordinária o presente orçamento para discussão e votação.

▲ Pressupostos gerais

A actividade desenvolvida em 2010 foi condicionada por diversos factos, nomeadamente, a introdução do Sistema de Normalização Contabilística, uma quarta

formação eventual gratuita, a conclusão do processo eleitoral na sequência da passagem a Ordem e a crise económica, entre outros.

Esta atipicidade da execução orçamental de 2010 levou a que tivéssemos de utilizar outros recursos para o elaborar o orçamento que agora se apresenta.

A informação contabilística da realização até Setembro das rubricas de rendimentos ou de gastos fixos foi a base de trabalho. Quanto aos gastos variáveis, ponderámos as realidades tradicionais bem como as acções e medidas a desenvolver que julgamos mais adequadas.

Apesar de já conhecermos alguns desses factos, temos consciência de que a previsão da sua exacta dimensão está fora do nosso alcance. No entanto, alguma experiência adquirida com actividades desenvolvidas já em 2010, permitiram-nos encontrar soluções mais adequadas para o ano de 2011.

Face a estas circunstâncias, apresentamos o orçamento de 2011 comparativamente com o ano de 2010 e a correspondente variação percentual, rubrica a rubrica.

É, pois, com este cenário, que passamos a analisar as rubricas do orçamento que, em nossa opinião, merecem melhor explicação pelas razões que apontaremos.

▲ Rendimentos

No contexto que a nossa economia atravessa é de todo expectável que se reflecta na vida da nossa Instituição, pelo que prevemos uma redução de rendimentos no valor de 963 128 euros, que advém sobretudo de uma diminuição de receitas na formação e quotas. A verdade é que em 2010 tivemos significativa formação no âmbito do SNC, alguma da qual gratuita, o que originou, naturalmente, uma subtracção às receitas previstas. No cômputo geral, prevemos um total de rendimentos na ordem dos 15 941 172 euros, correspondente a uma variação negativa de seis por cento relativamente ao orçamento de 2010.

Nas vendas, prevemos uma redução significativa, uma vez que 2010 contou com a publicação de dois livros («Anotações ao SNC» e «POC versus SNC»). Para 2011 não se encontra prevista situação similar, limitando-se a nossa previsão apenas à venda de manuais de formação.

Para a rubrica jóias, prevemos um valor entre o orçamentado para 2010 e a realidade, isto é, 85 mil euros.

Quanto às quotas dos membros

efectivos, prevemos uma redução de dois por cento.

A formação conhece uma diminuição no valor de 811 mil euros, face à realidade do ano anterior, e tendo em conta a formação gratuita que a nossa Ordem continua a promover, como é o caso das reuniões livres. De salientar que a formação à distância foi a mais penalizada nesta previsão, com uma redução de 400 mil euros.

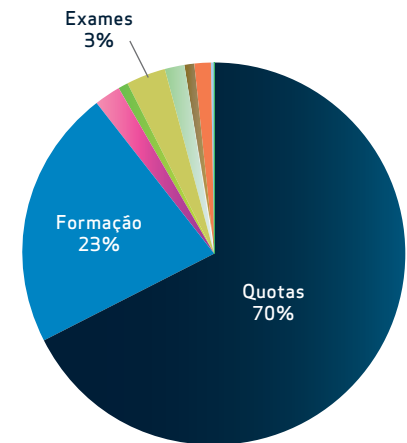
Uma situação que não é estranha à diminuição da receita na formação é o facto de, actualmente, a nível nacional, haver 74 entidades acreditadas a ministrar formação credenciada pela nossa Ordem, conforme se pode constatar acedendo ao nosso portal, o que anteriormente não sucedia.

Quanto à publicidade e patrocínios mantivemos o valor de 2010, tendo em conta os compromissos actuais publicitários da nossa revista, bem como o protocolo de cooperação com os países lusófonos, em negociação com o Banco Mundial.

Nas restantes rubricas de rendimentos, as diferenças não são significativas.

Apresenta-se um gráfico com o

peso relativo das diversas rubricas de rendimentos e réditos, onde se evidencia claramente a importância que reveste a rubrica das quotas, com 70 por cento e da formação com 23 por cento, apresentando as restantes uma percentagem residual.



Também se apresenta um mapa com a formação gratuita (reuniões livres e «Noites SNC», pág. 17) ministrada durante 2010 que nos permite avaliar o impacto que causou no desvio dos valores orçamentados para a formação. Para além destas actividades desenvolvidas pela nossa Ordem, concretizamos algumas parcerias de formação com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Câmara do Comércio da Graciosa e São Jorge e a Câmara de Comércio de Ponta Delgada, estando em curso outras actividades de cooperação, até final do ano com a Polícia Judiciária e a Direcção-Geral das Actividades Económicas.

Seguidamente, apresentamos o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2011.

RENDIMENTOS	Orçamento 2010	Orçamento 2011	Variação
Vendas	15 200 €	8 500 €	-44%
Prestações de serviços	16 383 800 €	15 562 472 €	-5%
Subsídios à exploração	135 900 €	139 100 €	2%
Reversões	50 000 €	13 700 €	-73%
Outros rendimentos e ganhos	289 400 €	192 200 €	-34%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	30 000 €	25 200 €	-16%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	16 904 300 €	15 941 172 €	-6%
Resultado Líquido	817 950 €	635 462 €	-22%

Plano de actividades e orçamento 2011

RENDIMENTOS	Orçamento 2010	Orçamento 2011	Var.
Vendas	15 200 €	8 500 €	-44%
Mercadorias	15 200 €	8 500 €	-44%
Prestações de serviços	16 383 800 €	15 562 472 €	-5%
Jóias	112 500 €	85 000 €	-24%
Quotas - membros efectivos	10 688 256 €	10 514 736 €	-2%
Quotas - membros em regime de suspensão	197 712 €	176 688 €	-11%
Inscrições - formação eventual	1 500 000 €	1 500 000 €	0%
Inscrições - formação permanente	400 000 €	150 000 €	-63%
Inscrições - formação segmentada	900 000 €	800 000 €	-11%
Inscrições - conferências	300 000 €	239 000 €	-20%
Inscrições - formação à distância	1 250 000 €	850 000 €	-32%
Vinhetas	100 000 €	116 050 €	16%
Multas - processos disciplinares	135 000 €	190 500 €	41%
Encontro Nacional dos TOC	8 000 €	10 000 €	25%
Indeferimento de candidaturas	3 600 €	19 000 €	428%
Reinscrições	9 750 €	8 250 €	-15%
Publicidade na revista «TOC»	124 000 €	124 000 €	0%
Exames	617 200 €	541 000 €	-12%
Taxas e emolumentos	37 782 €	238 248 €	531%
Subsídios à exploração	135 900 €	139 100 €	2%
Patrocínios acções de formação	35 900 €	35 900 €	0%
Outros patrocínios	100 000 €	103 200 €	3%
Reversões	50 000 €	13 700 €	-73%
Outros rendimentos e ganhos	289 400 €	192 200 €	-34%
Rendas e outros rendimentos em prop. investimento	151 733 €	151 733 €	0%
Outros rendimentos e ganhos	137 667 €	40 467 €	-71%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	30 000 €	25 200 €	-16%
Juros de aplicações financeiras	30 000 €	25 200 €	-16%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	16 904 300€	15 941 172 €	-6%
Resultado líquido	817 950 €	635 462 €	-22%

▲ Gastos

Da análise do mapa-resumo dos gastos, podemos constatar que perfazem 15 305 710 euros. As diversas colunas permitem acompanhar as relações entre os orçamentos de 2010 e 2011.

Para a redução da rubrica de custos de mercadorias e matérias-primas contribuiu, como já se mencionou, na correspondente rubrica de rendimentos, os custos com os livros vendidos e oferecidos pela Ordem aos seus membros. Por outro lado, prevemos para 2011 apenas três formações eventuais, como é tradição da Ordem, ao contrário do sucedido em 2010, em que houve quatro formações eventuais, reduzindo-se assim os gastos com os manuais de uma formação eventual.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é, claramente, a mais elevada das rubricas de custos. É aqui que, em termos absolutos, vamos encontrar as maiores

reduções de gastos.

Nos subcontratos, a redução de gastos com a base de dados SITOC deve-se à substituição do seu formato de suporte. Além do benefício económico, esteve subjacente uma preocupação ambiental. A distribuição do CD deixa de acompanhar a Revista, passando cada TOC a dispor de um dispositivo informático que será actualizável sempre que se ligue ao nosso portal e tenha as quotas em dia, tal como é imposto estatutariamente. Além da poupança nos gastos de produção deste instrumento informático, temos uma redução no custo de distribuição postal da revista «TOC», devido à diminuição do seu peso, e, portanto, mudança para um escalão inferior do correspondente tarifário postal. Para 2011, tivemos a preocupação de agregar, por natureza, os gastos na mesma rubrica de prestadores de serviços, sem ter a preocupação mais de âmbito fiscal, de separar em trabalhos especializados e honorários.

Como afirmámos aquando dos rendimentos, reduzindo-se a for-

mação obviamente que também prevemos valores inferiores de honorários para os formadores. Quanto aos consultores, como adiante se verá, com a admissão de novos colaboradores, parte desses serviços que eram obtidos no exterior, passarão a ser produzidos internamente.

Com a preocupação económica e ambiental como pano de fundo, a revista científica da Ordem («Contabilidade & Gestão») será editada e disponibilizada a todos os membros com as quotas em dia, em ficheiro pdf.

Assim, sem deixar de disponibilizar o essencial que é a informação, teremos um serviço produzido internamente, rentabilizando os nossos próprios recursos e reduzindo os gastos de edição, envelopagem e envio postal.

Indo ao encontro da preocupação evidenciada pelos TOC de todo o País, que nos alertaram para o desperdício do serviço de *catering* no período da tarde nas formações eventuais, reduzimos esse serviço e consideramos uma poupança de um euro *per capita* /formação, num universo de 42 mil participantes.

Com a entrada em plena actividade em 2011 dos Colégios de Especialidade, consagramos uma previsão de 50 mil euros para o seu funcionamento.

A alteração da denominação da nossa Instituição provocou a necessidade de emissão de novas cédulas profissionais, pelo que prevemos uma despesa de 99 600 euros para esse fim.

Face à receptividade dos membros perante a experiência do

Gastos	Reuniões livres	«Noites SNC»	SOMA
Formadores	211 187 €	39 250 €	250 437 €
Coordenadores	7 510 €	3 000 €	10 509 €
Outros trabalhos especializados	793 €		793 €
Serviços de vigilância	570 €		570 €
Refeições	756 €	40 €	796 €
Deslocações	6 532 €	2 695 €	9 227 €
Estadas	2 376 €		2 376 €
Espaços	81 426 €	70 451 €	151 876 €
Equipamentos	3 792 €	29 072 €	32 864 €
Gerais	163 €		163 €
TOTAL	315 105 €	144 508 €	459 612 €

Plano de actividades e orçamento

2011

envio dos avisos para pagamento de quotas tanto através de mensagem electrónica como através da disponibilização no nosso portal das informações necessárias ao seu cumprimento, obtivemos uma poupança significativa já em 2010. Face a estas circunstâncias, e com a eliminação do envio daquele aviso, prevemos, para 2011, uma redução de gastos postais de 63 mil euros.

A publicação do «Anuário dos Financeiros dos Municípios Portugueses» cujo mérito é largamente reconhecido, verá alargado o seu âmbito, ao incluir também as empresas municipais. Este orçamento reflecte já o acréscimo necessário para o efeito.

Como é de todos conhecido, a Ordem instituiu o «Prémio Prof. Sousa Franco» e contribui para o «Prémio Prof. Rogério Fernandes Ferreira», duas figuras insígnias que participaram na vida da nossa Instituição e cujo nome pretendemos perpetuar. De acordo com os respectivos regulamentos, as importâncias a cargo da Ordem a despendar com estes prémios em 2011 são de 17 500 euros, sendo 15 mil euros a distribuir em duas partes iguais para um trabalho inédito de investigação na área da Contabilidade e outro no âmbito da Fiscalidade.

O valor de 2 500 euros é a quota-parte que nos cabe no «Prémio Prof. Rogério Fernandes Ferreira», na parceria com o Centro de Estudos de Gestão do ISEG e com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

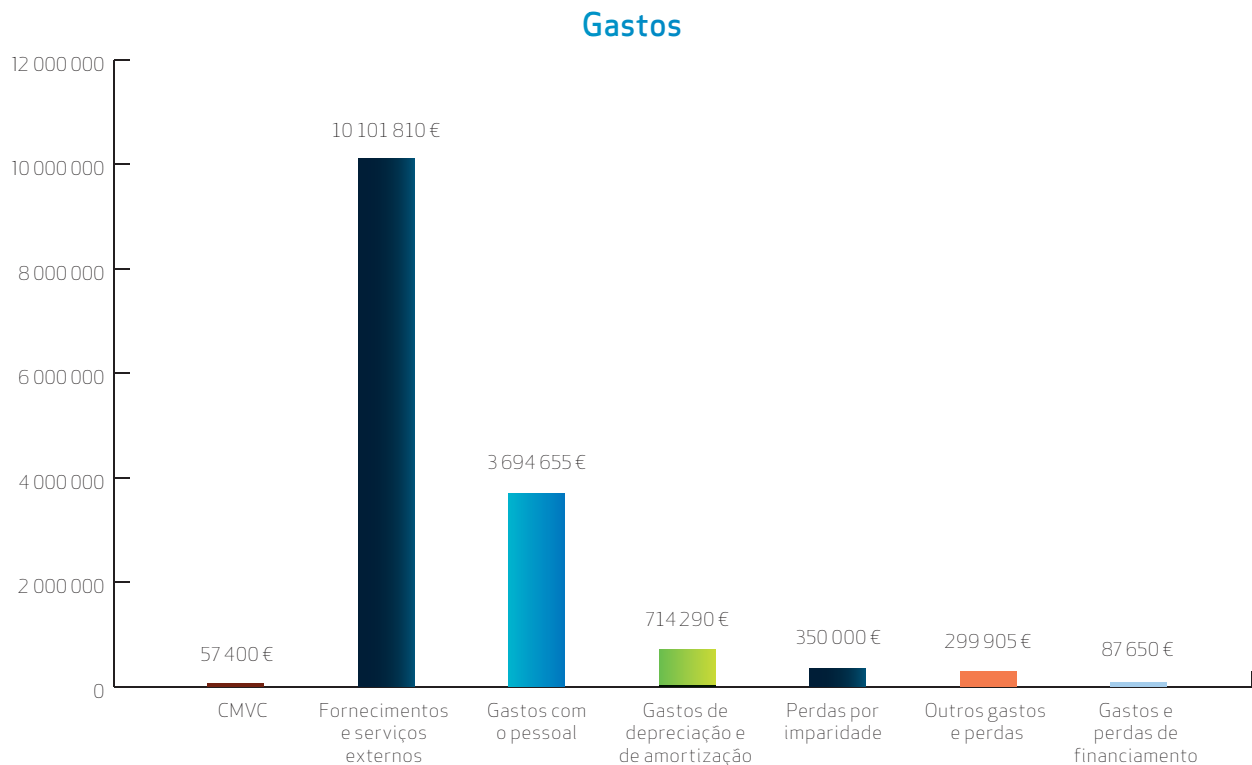
Os gastos com publicidade e propaganda para 2011 apresentam uma redução significativa.

Em 2010, como já salientámos, ocorreram as primeiras eleições após a transformação da Câmara em Ordem e foi o ano de implementação do SNC, pelo que promovemos uma grande divulgação junto dos órgãos de Comunicação Social no sentido de sensibilizar o reconhecimento atribuído à classe, o processo eleitoral que ocorreu, e bem assim como o trabalho desenvolvido com a divulgação do Sistema de Normalização Contabilística.

Obviamente que este panorama não se repetirá em 2011. Daí a redução drástica daqueles gastos.

Quanto às comissões e grupos de trabalho, foi afectada ao controlo de qualidade uma verba de 450 mil euros, de acordo com a experiência do trabalho desenvolvido nos anos anteriores e as necessidades de controlo que o novo estatuto consagra.

No que concerne às despesas de manutenção e conservação, tivemos em conta as diversas representações físicas da Ordem, distribuídas pelos vários distritos do País, bem como as viaturas exis-



tentes, sendo que a sua vetustez obriga a despesas significativas de manutenção e conservação. Utilizando eventuais reduções de gastos provenientes do novo regulamento de seguros a implementar para 2011 e condicionado sempre à execução orçamental, propomos estudar a constituição dum fundo de apoio aos membros para investimento tecnológico, no valor de 150 mil euros, em moldes a regulamentar oportunamente. O acréscimo previsto para a rubrica de deslocações e estadas prende-se com as necessidades de deslocações dos diversos órgãos da Ordem, acrescidos pelas necessidades de deslocações dos membros dos Colégios de Especialidade bem como pelas equipas de controlo de qualidade. As rendas e alugueres de espaços sofrem o decréscimo resultante da diminuição do número de

formações de que, excepcionalmente, o ano de 2010 foi pródigo, devido à preocupação em divulgar fortemente o SNC, inclusive em parcerias com diversas instituições patronais, associativas e não só. Como já referimos, a redução da utilização dos serviços postais deve-se à diminuição de recurso ao envio postal do aviso para pagamento e sua envelopagem, bem como de duas convocatórias (eleitoral e extraordinária) e também da revista científica. Quanto a seguros, consagramos um de responsabilidade civil extra-contratual para o bastonário, conselho directivo e disciplinar. O seguro de responsabilidade civil dos TOC foi estimado em função dos membros que cumprem o disposto no artigo 10.º do EOTOC, bem como para as sociedades de profissionais.

O seguro de saúde foi calculado com base no número de membros activos com as quotas em dia para este efeito, tendo por base um universo de 50 mil membros. Convém salientar que alguns dos seguros da OTOC, orçamentados como gastos são oferecidos, tendo-se considerado este valor como rendimento na correspondente rubrica de patrocínios. A orçamentação da remuneração dos órgãos da Ordem – que não sofre qualquer aumento - tem a ver com o sucedido em 2010, após as alterações orgânicas que sofreu e que obrigou, de acordo com a lei, aos pagamentos correspondentes de cessação de vínculo. A realidade ocorrida em 2010 não está de acordo com o previsto no orçamento aprovado antes da passagem a Ordem, uma vez que a sua elaboração é anterior à publicação do Decreto-Lei 310/2009, de 26

Plano de actividades e orçamento 2011

GASTOS	Orçamento 2010	Orçamento 2011	Var.
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	64 500 €	57 400 €	-11%
Custos das mercadorias vendidas	7 500 €	5 300 €	-29%
Custo das matérias consumidas	57 000 €	52 100 €	-9%
Fornecimentos e serviços externos	11 165 890 €	10 101 810 €	-10%
Subcontratos	623 380 €	398 000 €	-36%
Base de dados - SITOC	290 880 €	78 000 €	-73%
Serviços de impressão - Revistas	332 500 €	320 000 €	-4%
Serviços especializados	6 328 200 €	5 821 710 €	-8%
Trabalhos especializados	4 189 500 €	3 820 310 €	-9%
Serviços de auditoria	15 300 €	16 800 €	10%
Serviços de advocacia	92 500 €	105 000 €	14%
Formadores	1 303 500 €	1 177 000 €	-10%
Consultores externos	806 300 €	609 110 €	-24%
Coordenadores	22 100 €	22 500 €	2%
Suporte arquivo electrónico	12 500 €	15 900 €	27%
Outros trabalhos especializados	453 000 €	440 000 €	-3%
Serviços de edição/envelopagem de revistas	70 000 €	29 900 €	-57%
Serviços de restauração - formação	327 200 €	337 500 €	3%
Brochuras - formação	170 000 €	150 000 €	-12%
Comissões/grupos de trabalho	695 000 €	758 500 €	9%
Cédulas profissionais	99 600 €	99 600 €	0%
CTT - aviso/recibo quotas	90 000 €	17 000 €	-81%
Anuário Municípios Portugueses/Revista IDEFF	17 500 €	24 000 €	37%
Prémios Profs. Sousa Franco/Rogério Ferreira	15 000 €	17 500 €	17%
Publicidade e propaganda	311 400 €	110 000 €	-65%
Vigilância e segurança	68 400 €	71 200 €	4%
Conservação e reparação	402 000 €	455 500 €	13%
Serviços bancários	171 900 €	164 100 €	-5%
Outros	1 185 000 €	1 200 600 €	1%
Outros fornecimentos e serviços	33 267 €	48 867 €	47%
Fundo pensões horizonte	1 151 733 €	1 151 733 € ^{a)}	0%
Material	116 650 €	124 200 €	6%
Ferramentas e utensílios	200 €	4 000 €	1900%
Livros e documentação técnica	3 950 €	4 800 €	22%
Material de escritório	103 400 €	111 200 €	8%
Artigos para oferta	9 100 €	4 200 €	-54%
Energia e fluidos	74 500 €	75 850 €	2%
Electricidade	57 600 €	57 100 €	-1%
Combustíveis	10 000 €	11 350 €	14%
Água	6 900 €	7 400 €	7%
Deslocações, estadas e transportes	300 000 €	382 000 €	27%
Deslocações e estadas	300 000 €	382 000 €	27%
Serviços diversos	3 723 160 €	3 300 050 €	-11%
Rendas e alugueres	640 300 €	502 300 €	-22%
Instalações - representações	-	6 300 €	
Espaços	454 400 €	376 000 €	-17%

(continua)

(continuação)

GASTOS	Orçamento 2010	Orçamento 2011	Var.
Equipamentos	185 000 €	120 000 €	-35%
Viaturas	900 €	-	-100%
Comunicação	1 369 710 €	1 454 130 €	6%
Telefones	62 400 €	65 000 €	4%
Correio	936 800 €	974 300 €	4%
Telemóveis	46 800 €	50 600 €	8%
Internet/WebTv	323 100 €	363 600 €	13%
TV-cabo	610 €	630 €	3%
Seguros	1 576 850 €	1 230 820 €	-22%
Ramo automóvel	5 000 €	6 827 €	37%
Responsabilidade civil	-	38 279 €	
Multi-riscos	9 700 €	18 251 €	88%
Seguro de responsabilidade civil TOC	650 000 €	562 362 €	-13%
Seguro de resp. civil/ soc. profissionais	-	2 000 €	
Ramo de transporte de mercadorias	35 500 €	426 €	-99%
Ramo viagem em grupo	2 000 €	2 000 €	0%
Seguro de saúde dos TOC	874 000 €	600 000 €	-31%
Acidentes pessoais	650 €	675 €	4%
Contencioso e notariado	12 300 €	15 100 €	23%
Despesas de representação	65 000 €	40 000 €	-38%
Limpeza, higiene e conforto	59 000 €	57 700 €	-2%
Gastos com o pessoal	3 570 200 €	3 694 655 €	3%
Remunerações dos órgãos da Ordem	636 337 € ^{b)}	709 100 € ^{b)}	11%
Remunerações do pessoal	2 298 960 €	2 290 660 €	0%
Encargos sobre remunerações	549 693 €	579 393 €	5%
Órgãos da Ordem	124 514 €	131 500 €	6%
Pessoal	425 180 €	447 893 €	5%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19 962 €	19 962 €	0%
Gastos de acção social	18 500 €	24 400 €	32%
Outros gastos com o pessoal	46 748 €	71 140 €	52%
Gastos de depreciação e de amortização	851 800 €	714 290 €	-16%
Propriedades de investimento	39 975 €	39 975 €	0%
Activos fixos tangíveis	811 825 €	674 315 €	-17%
Perdas por imparidade	70 000 €	350 000 €	400%
Em dívidas a receber	70 000 €	350 000 €	400%
Outros gastos e perdas	293 600 €	299 905 €	2%
Impostos	40 100 €	34 905 €	-13%
Perdas em inventários	4 000 €	5 000 €	25%
Quebras	4 000 €	5 000 €	25%
Outros	249 500 €	260 000 €	4%
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 000 €	6 200 €	24%
Quotizações	127 400 €	32 300 €	-75%
Apoios e patrocínios	17 100 €	121 500 €	611%
Protocolo de cooperação c/países lusófonos	100 000 €	100 000 €	0%
Gastos e perdas de financiamento	70 360 €	87 650 €	25%
Juros suportados	70 360 €	77 700 €	10%
Juros de financiamento obtidos	70 360 €	77 700 €	10%
Outros gastos e perdas de financiamento	-	9 950 €	
Outros	-	9 950 €	
TOTAL DOS GASTOS	16 086 350 €	15 305 710 €	-5%

a) Salvo o valor da renda das instalações da 24 de Julho, a verba a afectar pela Ordem está condicionada à execução do orçamento.

b) O orçamento 2010 não contemplou adequadamente a nova estrutura orgânica na passagem a Ordem. Para 2011 não se prevê qualquer aumento de vencimento.

de Outubro. Por isso, respeitando o critério de elaboração do orçamento, a nossa preocupação foi a de o coadunar com a realidade.

Para 2011 prevemos um reforço de recursos humanos assim distribuído:

a) Admissão de dois colaboradores para o departamento jurídico, com um salário médio de mil euros.

b) Admissão de quatro colaboradores para o departamento de informática, com salário médio de 1 500 euros.

Em 2010 iniciámos um processo de análise pormenorizado dos membros com quotas em atraso, com o objectivo de apurar a realidade objectiva da situação. O valor acumulado de ajustamentos é de 1 035 000 euros. Calculamos uma imparidade de 350 mil euros face à realidade conhecida e ao trabalho desenvolvido para determinar as razões dos incumprimentos.

Para uma Instituição como a nossa se afirmar no exterior e defender as posições que interessam à classe junto das instâncias de poder internacionais, devemos estar representados em organismos próximos dos centros de decisão. Para 2011, prevemos continuar a nossa filiação no CILEA (Comité de Integração Latino Europa América) e na EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors*), pelo que orçamentamos para o efeito, respectivamente, quatro mil euros e 28 mil euros.

Consideramos 45 mil euros para patrocínios a eventos pontuais em actividades relacionadas com a nossa actividade numa perspectiva de colaboração com a imprensa e parceiros, como sejam associações, escolas, e similares que, casuisticamente, os órgãos da Ordem julguem oportunos e merecedores.

Plano de actividades e orçamento 2011

▲ Investimentos

Para além de se manter a intenção de adquirir instalações para implementação do projecto «Casa TOC»/Centro de Formação, em Lisboa, conforme autorização concedida ao Conselho Directivo pela assembleia geral de 22 de Maio de 2010, obviamente condicionada à evolução da situação financeira da OTOC, prevemos ainda como investimentos para o ano de 2011, conforme mapa abaixo, os seguintes:

1) Projecto «Web TV» que se mantém em aberto de há uns anos a esta parte à espera da melhor oportunidade, quer por razões internas quer por razões de ordem externa, como sejam modelos mais modernos, atractivos e menos dispendiosos.

2) O projecto SITOC é novo no âmbito da preocupação ambiental e da contenção de gastos. Permitir-nos-á um sistema de informação mais eficaz, disponível em qualquer sítio com acesso à Internet e controlável automaticamente em função do cumprimento dos deveres de membro da Ordem, isto é, apenas acessível aos membros com quotas em dia, tal como estatutariamente está previsto.

Orçamento de investimentos

Investimentos	Orçamento 2010	Orçamento 2011
Activos fixos tangíveis	393 500 €	839 700 €
1. Edifícios e outras construções	93 500 €	-
Representação Vila Real	93 500 €	-
2. Equipamento administrativo	300 000 €	839 700 €
Projecto Web TV	250 000 €	250 000 €
Projecto SITOC	-	240 000 €
Actualização <i>call center</i>	-	115 000 €
Equipamento informático	-	184 700 €
Diverso	50 000 €	50 000 €
3. Investimentos em curso	500 000 €	500 000 €
«Casa do TOC» ^{a)}	500 000 €	500 000 €
Total de investimentos	893 500 €	1 339 700 €

^{a)} O reforço do investimento para a «Casa do TOC» fica condicionado à execução orçamental.

3) Para uma Instituição como a nossa, a informática é um instrumento demasiado importante pelo que não pode deixar de merecer uma especial atenção. Além disso, o suporte da formação à distância será feito com recursos internos, pelo que se torna ne-

cessário adquirir novos equipamentos e *software*, bem como actualizar e aumentar a capacidade existente.

4) A verba de 50 mil euros prevista para reforçar e/ou substituir diversos bens administrativos resulta da experiência de anteriores

exercícios.

5) Tal como referimos na introdução aos investimentos, continuaremos a afectar ao projecto “Casa TOC “ uma verba no valor de 500 mil euros, condicionada à execução do orçamento.

Demonstração individual dos resultados por naturezas	Orçamento 2010	Orçamento 2011
Vendas e serviços prestados	16 399 000 €	15 570 972 €
Subsídios à exploração	135 900 €	139 100 €
Custo das mercadorias vendidas	64 500 €	57 400 €
Fornecimentos e serviços externos	11 165 890 €	10 101 810 €
Gastos com pessoal	3 570 200 €	3 694 655 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	20 000 €	336 300 €
Provisões (aumentos/reduções)	-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	289 400 €	192 200 €
Outros gastos e perdas	293 600 €	299 905 €
Result. antes de depreciação, gastos de financ. impostos	1 710 109 €	1 412 202 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	851 800 €	714 290 €
Imparidade de invest.depreciáveis/amort(perdas/reversões)	-	-
Result. operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	858 310 €	697 912 €
Juros e rendimentos similares obtidos	30 000 €	25 200 €
Juros e gastos similares suportados	70 360 €	87 650 €
Resultado antes de impostos	817 950 €	635 462 €
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado antes de impostos	817 950 €	635 462 €

Plano de actividades e orçamento 2011

▲ Conclusão

Na elaboração do presente orçamento, tivemos como preocupação conciliar o momento difícil que a economia mundial atravessa e, em particular, a portuguesa que, obviamente, se reflecte na nossa Instituição. Por outro lado, também a consciência ecológica foi neste orçamento contemplada sem prejudicar o bom funcionamento da Instituição e a actividade desenvolvida pelos seus membros.

Creemos que este orçamento reflecte tais preocupações. Preveremos rendimentos e réditos num total de 15 941 172 euros e gastos num total de 15 305 710 euros, originando um resultado positivo de 635 462 euros.

Em consequência do exposto, apresentamos uma demonstração de resultados onde se reflectem os rendimentos e gastos orçamentados para 2011.

No que concerne ao resultado previsto para 2011 verifica-se um resultado inferior ao previsto para o ano de 2010 que, em momento próprio, se confirmará ou não.

Obviamente, todos sentimos as dificuldades que se nos deparam e que, sem margem para dúvidas, afectará também a nossa Instituição. É nossa preocupação gerir o património colectivo da melhor forma que pudermos e soubermos, com o contributo de todos os que conosco quiserem partilhar sugestões e boa vontade.

Aprovado em reunião do Conselho Directivo realizada em 30 de Novembro de 2010.

O Conselho Directivo

Bastonário

António Domingues de Azevedo

Vice-Presidente

Armando Pereira Marques

Vogal

Jaime Soares dos Santos

Vogal

Filomena Felgueiras Moreira

Vogal

Manuel Vieira de Sousa

Vogal

Ezequiel Nunes Fernandes

Vogal

Rita Gonçalves Cordeiro

3.5 Plano financeiro global	Orçamento 2010	Orçamento 2011
Actividade corrente		
Rendimentos correntes	16 854 300 €	15 927 472 €
Gastos correntes	15 164 550 €	14 241 420 €
Saldo	1 689 749 €	1 686 052 €
Investimento	893 500 €	1 339 700 €
Saldo	-893 500 €	-1 339 700 €
Saldo da gerência anterior	6 463 332 €	7 259 581 €
Final para a gerência seguinte	7 259 581 €	7 605 934 €



PLANO
DE ACTIVIDADES
E ORÇAMENTO **2011**



PLANO
DE ACTIVIDADES
E ORÇAMENTO

